FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ESTABILIDADE

— Interpretação do art. 177, § 2º da Constituição de 1967.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado do Rio Grande do Norte *versus* Manoel Teixeira da Costa e outros

Recurso extraordinário nº 61.056 — Relator: Sr. Ministro

EVANDRO LINS E SILVA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos acima identificados, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, não conhecer do recurso.

Brasília, 30 de maio de 1967. — *Hahne-mann Guimarães*, Presidente — *Evandro Lins e Silva*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Evandro Lins* — Trata-se de mais um dos casos do Rio Grande do Norte, em que o debate gira em torno da Lei nº 2.677, de 21-11-61. O processo subiu em virtude de provimento dado ao agravo de despacho do Presidente do Tribunal de Justiça, tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário nº 48.655, de que foi relator o eminente Ministro *Luis Gallotti*.

A douta Procuradoria-Geral da República, pelo parecer de fôlha 60-61 opina pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO PRELIMINAR

O Sr. Ministro *Evandro Lins* (Relator) — O recorrido foi nomeado em virtude de lei válida e formalmente perfeita; e foi demitido em consequência de lei inválida, por vício de nulidade. Mesmo que a lei anulatória fosse válida, ainda assim não poderia ser o recorrido sumariamente exonerado, porque em estágio probatório.

Assim tenho votado em todos os casos anteriores, idênticos ao de que cuidam estes autos.

Já estava escrito este voto quando foi promulgada a Constituição de 24-1-67, cujo art. 177, § 2º, estabelece:

“São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da Administração centralizada ou autárquica, que, à data da promulgação desta Constituição, contem, pelo menos, cinco anos de serviço público.”

Na norma constitucional aplica-se imediatamente. Nos inúmeros casos do Rio Grande do Norte, os recorridos contam mais de cinco anos de serviço público nos cargos para que foram nomeados. Tornaram-se estáveis e não podem ser demitidos senão em virtude de sentença judiciária ou através de processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa (art. 103 da Constituição).

Se o cargo fôr extinto, “o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento, em cargo equivalente” (art. 99, § 2º).

Nos julgamentos anteriores de recursos semelhantes, fui, em geral, voto vencido.

Agora, com o advento da nova Constituição, penso que a situação se alterou, impedindo a demissão dos funcionários, que se tornaram estáveis.

Coerente com os meus pronunciamentos nos outros processos, não conheço do recurso. Se o Tribunal dê conhecer, penso

que deve mandar aplicar o disposto no artigo 99, § 2º, da Constituição.

É o meu voto.

VOTO

O Sr. *Ministro Aliomar Baleeiro* — Sr. Presidente, nos primeiros casos do Rio Grande do Norte que vieram às minhas mãos, eu votei do ponto de vista em que agora se coloca o eminente *Ministro Evandro Lins*, quanto à primeira parte do seu raciocínio. No primeiro caso, tratava-se de interpretação da lei estadual, mas notei que havia jurisprudência que tornava mais benigna a admissão do recurso extraordinário nos casos de mandado de segurança, quando o Estado fôsse o requerente. Dado que haiva uma desigualdade de situações, o impetrante vencido teria sempre recurso extraordinário, e vejo que nos casos do Rio Grande do Norte, o Supremo se guiou assim.

Data venia do eminente Relator, conheço do recurso e lhe dou provimento.

VOTO PRELIMINAR

O Sr. *Ministro Adalicio Nogueira* — *Data venia* do eminente *Ministro Aliomar Baleeiro*, estou com o eminente Relator. Acho que o dispositivo constitucional convalidou a situação, amparando a pretensão ajuizada.

Não conheço dos recursos.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: A Turma, contra o voto do *Ministro Aliomar Baleeiro*, não conheceu do recurso.

Presidência do Exmo. Sr. *Ministro Hahnemann Guimarães*. Relator, o Exmo. Sr. *Ministro Evandro Lins*. Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. *Ministros Aliomar Baleeiro*, *Adalicio Nogueira*, *Evandro Lins* e *Hahnemann Guimarães*. Licenciado, o Exmo. Sr. *Ministro Pedro Chaves*.